

III ENECULT

TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: IDENTIDADE E DIVERSIDADE SEM DIFERENÇA

Alexandre Barbalho

Professor do PPG em Políticas Públicas e Sociedade da UECE

O problema da identidade nacional coloca-se de forma incisiva e recorrente aos intelectuais da América Latina antes mesmo da constituição de suas nações independentes. Qual o caráter dessa população de brancos colonizados, vivendo em meio a negros boçais e índios indolentes, se questionavam nossos pensadores informados pelas teorias sócio-biológicas e racistas vigentes no século XIX.

Ou quais as características destas civilizações miscigenadas, crioulistadas, híbridas, transculturais, sincréticas que se estabeleceram nos trópicos, vem se perguntando teóricos das mais diversas correntes culturalistas desde o início do século passado até os dias correntes (ABDALA JÚNIOR, 2004).

No Brasil, a discussão sobre a identidade nacional tornou-se, talvez, mais recorrente do que nos seus vizinhos latino-americanos. Em primeiro lugar, pelo tamanho continental do país e o processo histórico de sua ocupação que envolveu não apenas o colonizador português, mas diversas etnias indígenas e africanas, afora outros migrantes europeus e asiáticos, além dos fortes fluxos migratórios internos.

Em segundo lugar, pela pobreza, ou mesmo inexistência, de um campo intelectual no Brasil colonial, imperial e republicano até, no mínimo, os anos 1930, o que sempre dificultou reflexões críticas e independentes no país, bem como sua sistematização e permanência.

É vastamente conhecida a proibição da metrópole portuguesa no que diz respeito à criação de instituições de ensino, seja qual for o nível, de editoras, de jornais, enfim, de

toda instituição produtora de bens simbólicos na sua colônia americana¹. As coisas só começam a mudar, e muito lentamente, com a vinda de D. João VI e toda sua corte em 1808 para tomar um impulso considerável para a época no período de D. Pedro II - impulso motivado pela preocupação do Imperador em estabelecer alguns elementos iniciais de nacionalidade.

São exemplos desse melhoramento da vida intelectual e artística e de constituição mínima do campo cultural no século XIX: a vinda da Missão Artística Francesa, as bolsas de estudos concedidas aos artistas, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Imperial de Belas-Artes, da Biblioteca e do Museu Nacional etc.

O período da velha Primeira República não facilita este processo constitutivo. Diante de um excipiente mercado de bens simbólicos, sobressai, em todo esse período, a forte dependência de nossos artistas e pensadores em relação aos aparelhos estatais (raramente ligados a questões culturais) configurada nas sinecuras, cargos no funcionalismo público que permitem sua sobrevivência material.

A situação se diversifica a partir do período getulista, com a construção institucional na área da cultura, o fortalecimento de indústrias culturais, como a cinematográfica, a radiofônica, a editorial e a jornalística e o surgimento de nossas primeiras universidades, permitindo alguma independência aos nossos produtores simbólicos.

De todo modo, na sociedade brasileira, onde historicamente a representação política é pouco firme, essa debilidade marca a identidade de seus intelectuais e artistas. Para Marilena Chauí (1986), estes oscilam entre a posição de “Ilustrados”, donos da opinião pública, ou de “Vanguarda Revolucionária” e educadora do povo. Contudo, há em ambas a opção pelo poder e pela tutela estatais.

O que se propõe neste ensaio é discutir as políticas federais de cultura, tendo como recorte temático a discussão acerca da identidade, da diversidade e da diferença. O recorte temporal privilegiará aqueles momentos de nossa história republicana nos quais, se não há

¹ Na América hispânica, ao contrário, como informa Sérgio Buarque de Holanda (1991), a primeira das vinte e cinco universidades criadas na época da colonização surgiu em 1538. Em 1535, tem-se notícias dos primeiros livros impressos na Cidade do México, local onde um século depois se iniciaria a imprensa periódica americana com a publicação da primeira *Gaceta* (1671).

políticas culturais claramente definidas, se percebe forte investimento (político, simbólico, financeiro) no setor: o período Vargas, o regime militar e os governos FHC e Lula.

Por política cultural, se entende não apenas as ações concretas, mas, a partir de uma concepção mais estratégica, “o confronto de idéias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (MCGUIGAN, 1996, p. 01). Nesse sentido, elas são criativas e propositivas, ao produzirem discursos, e detentoras de poder simbólico atuante no campo cultural².

Portanto, não irei me deter aqui na materialização das políticas para a cultura na formação, produção, financiamento, circulação e consumo - por exemplo, leis de financiamento, editais, programas de circulação musical como Projeto Pixinguinha etc. O objeto de reflexão será os discursos publicizados em textos oficiais e que, através de seus procedimentos próprios, exercem seus poderes e perigos (FOUCAULT, 1998).

1. A diversidade mestiça e a criação da nacionalidade

O primeiro momento de intervenção sistemática do Estado brasileiro na cultura ocorre após a “Revolução de 1930”. Quando assume o governo, Getúlio Vargas procura unir o país em torno do poder central, construir o sentimento de “brasilidade”, reunindo a dispersa população em torno de idéias comuns, e elaborar uma nova visão do homem brasileiro (BARBALHO, 1998).

Os responsáveis pela elaboração da identidade nacional e por sua publicização serão os intelectuais, já que para estes “cultura” e “política” formam termos indissociáveis, devendo mesmo se fundir em torno da “Nação”. Há a tentativa de criar uma “cultura do consenso” em torno dos valores da elite brasileira, e o projeto de uma “cultura nacionalista” é o espaço para aproximar parcelas da intelectualidade, mesmo aquela não alinhada diretamente ao regime. Para implementar tais tarefas, o Estado getulista promove a

² Assim, discordamos de Miller e Yúdice quando defendem que a política cultural “é mais burocrática que criativa ou orgânica” (MILLER; YÚDICE, 2004, p. 11) - se entendermos aqui burocracia em seu uso comum de trabalho repetitivo e ineficiente.

construção institucional de espaços, físicos ou simbólicos, onde os intelectuais e artistas possam trabalhar em prol do caráter nacional.

Naquele momento, era fundamental romper com a leitura dominante sobre o povo brasileiro de orientação racista e que denegria o mestiço, grande maioria da população, qualificando-o de preguiçoso, insolente e pouco capacitado. Por sua vez, os intelectuais a serviço do regime precisavam manter uma certa continuidade com o passado, com a tradição. Eles recorrem, então, ao recém-lançado livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, o qual converte em positividade o que era antes negativo, ou seja, a mestiçagem entre o branco, o índio e o negro.

Freyre não escreve sua obra para atender às necessidades do regime, até porque não é possível restringir a força ideológica da sua obra ao período getulista. Como situa Carlos Guilherme Mota (1977), sua obra, como produção cultural e elemento das relações de dominação, situa-se em uma esfera próxima àquela na qual funcionam os mecanismos de controle social. Mas o governo Vargas se aproveita da abertura teórica que a “ideologia da mestiçagem” possibilita, produzindo, com seu respaldo, um discurso contrário à “ineficiência inata” do povo.

Inconciliável com o novo momento do país, essa imagem é substituída por uma apologia do homem brasileiro, apologia que se sustenta na positividade da mistura entre as três raças. Assim, a população mestiça é valorizada e incorporada à nacionalidade. O discurso enaltecedor do homem brasileiro pode ser visto como peça de um discurso maior que procura legitimar o próprio regime. A questão é de ordem política e cultural: a valorização do homem brasileiro e sua relação com o Estado. Nesse sentido, uma de suas preocupações é demonstrar que o regime transcende ao aspecto meramente econômico e político, possuindo também uma base cultural.

Portanto, a valorização da nacionalidade como política de Estado orienta a ação do governo na área cultural ao glorificar a cultura popular mestiça, elevando-a a símbolo nacional. O “popular”, ou o folclore, retirado do local onde é elaborado, ocultando assim as relações sociais das quais é produto, funciona, nesse momento de constituição da “cultura brasileira”, como força de união entre as diversidades regionais e de classe. A mestiçagem amalgama os tipos populares em um único ser, o Ser Nacional, cujas marcas são a cordialidade e o pacifismo.

A transformação do popular em nacional e deste em típico corresponde a um movimento ideológico, denominado por Marilena Chaui (1986) de “Mitologia Verde-Amarela” que se transveste em palavras-de-ordem adequadas a cada contexto histórico. No Estado Novo era *Construir a Nação*, permitindo ao Estado intervir na cultura como elemento dessa construção.

Sob essa perspectiva, nos anos 1930/40 surgem diversas instituições culturais: o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), etc.

É criado, também, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que coordenava várias áreas: radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Além de fazer a propaganda externa e interna do regime, exercer a censura e organizar manifestações cívicas. Para chegar em todo o Brasil, o DIP cria departamentos estaduais que, executando as linhas de ação determinadas pelo órgão federal, desempenham papel importante no projeto de “construção da nação”.

Todos estes espaços criados dentro do governo para a atuação dos mais variados produtores culturais estavam inseridos na ótica do corporativismo getulista: ao Estado cabe decidir o quê e a quem conceder determinados benefícios.

2. A diversidade na unidade e a integração nacional

Depois do período getulista, outro momento de nossa história que observa a intervenção sistemática do Estado no campo cultural é o do regime militar instaurado em 1964. Nesse momento, a preocupação das elites dirigentes não é mais “criar uma nação”, e sim garantir sua integração. No entanto, mais uma vez, a cultura é percebida como elemento central na garantia da nacionalidade.

Por sua vez, ao regime militar não interessa se apresentar como ruptura radical com o passado. Nesse sentido, ele dá continuidade ao pensamento sobre a cultura nacional, estabelecido durante o governo Vargas, mantendo certa tradição conservadora e ligando um momento ao outro.

A “Mitologia Verde-Amarela”, sempre re-trabalhada pelas elites brasileiras de acordo com o contexto, assume agora o lema *Proteger e Integrar a Nação*. Com isso, a cultura popular, elemento central dessa mitologia, é apropriada pela classe dominante através de determinada visão do nacional-popular que representa a nação de forma unificada.

Como situa Chauí (1986), para os ideólogos do regime militar a unidade não descarta a diversidade. O todo é diversificado, porém, no conceito, o todo se torna a diversidade do que é, em si, uno e idêntico. O nacional reforça a identidade diante do que vem do exterior, enquanto o popular atua no reforço no interior do país. A junção das duas instâncias ocorre através do Estado. Compreende-se, então, porque a consolidação nacional se constitui, no regime militar, em políticas culturais do “estado para o Estado”.

Para atuar na área cultural, o regime cria em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC) que reúne intelectuais renomados e de perfil tradicional com função de elaborar a sua política cultural. O principal elemento unificador do CFC é a reverência ao passado, com um viés conservador, o que marca a direção que o Conselho dá à sua concepção de política e de cultura.

O lema da diversidade na unidade referenda a ação governamental na cultura, dando-lhe aspecto de neutralidade, de guardião da identidade brasileira definida historicamente. A miscigenação revela uma realidade sem contradições, já que o resultado do encontro entre as culturas passa por cima das possíveis divergências, e acaba por qualificar a cultura brasileira como democrática, harmônica, espontânea, sincrética e plural.

A política cultural do regime militar alcança seu ápice durante o governo Geisel (1974/1978), com a gestão de Ney Braga no Ministério de Educação e Cultura (MEC). Esse período representa o ápice da busca em adequar uma ação cultural às pretensões políticas do regime.

Em 1975, é lançada a Política Nacional de Cultura (PNC), primeiro plano de ação governamental no país que trata de princípios norteadores de uma política cultural. Na apresentação que escreve para a PNC, Ney Braga ressalta a necessidade de valorizar a diversidade regional do país, mas expõe que o documento, elaborado com “valiosa contribuição do Conselho Federal de Cultura”, “procura definir e situar, no tempo e no espaço, a *cultura brasileira*” (BRAGA, 1975, p. 05 – itálico no original). Definir e situar as

peculiaridades da “cultura brasileira”, especialmente aquelas resultado do sincretismo entre nossas principais bases civilizacionais (indígena, européia e negra).

Para os redatores da PNC, seu objetivo principal, “aspirar uma verdadeira política cultural” que promova “a defesa e a constante valorização da cultura nacional”, deve ser alcançado com a “plena realização do homem brasileiro como pessoa”. O humanismo, de fundo espiritual, defendido ao longo do documento, necessita dos princípios culturais para se concretizar, para formar “seres humanos *integrados harmoniosamente* na vida em sociedade” (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA, 1975, p. 14 – itálicos meus).

Princípios que devem ser integrados de forma simultânea para dar conta da brasilidade cultural. Para tanto, faz-se necessário “*preservar a sua identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico-sociais e espirituais, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro*” (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA, 1975, p. 08 – itálicos meus).

A perspectiva essencialista de identidade do PNC se revela nos valores a que se aspira preservar: originalidade, genuinidade, peculiaridade, enraizamento, tradição, fixidez, personalidade, vocação, perenidade, consciência nacional. Sempre levando em conta as dimensões regional e nacional, estando a primeira submetida à segunda. A pluralidade que surge em algumas regiões se dilui no sincretismo, marca da brasilidade. Este é o significado peculiar da cultura brasileira e da personalidade de seu povo, “esta capacidade de aceitar, de absorver, de refundir, de criar”.

Os ideólogos da PNC observam, portanto, a diversidade contribuindo para a unidade nacional: “A sobrevivência de uma nação se enraíza na continuidade cultural e compreende a capacidade de *integrar e absorver* suas próprias alterações. A cultura, com tal sentido e alcance, é o meio indispensável para *fortalecer e consolidar a nacionalidade*” (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA, 1975, p. 09 – itálicos meus). Por sua vez, a unidade nacional se salvaguarda na medida em que se protege dos valores estrangeiros impostos pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural, como ditam as normas da Ideologia de Segurança Nacional.

O objetivo principal da PNC, defender e valorizar a cultura brasileira, se desdobra em cinco objetivos básicos: 1. O conhecimento – imprescindível na sua revelação do âmago e da essência do homem brasileiro, de sua vida e cultura; 2. A preservação dos bens de

valor cultural – para manter perene o núcleo irredutível e autônomo da memória e da cultura nacionais; 3. O incentivo à criatividade; 4. A difusão das criações e manifestações culturais; 5. A integração – fundamental para, além das diversidades (regionais) e adversidades (influências estrangeiras), se plasmar e fixar a personalidade harmônica brasileira e a sua segurança, convergindo com os interesses da política de segurança nacional.

Uma forma encontrada para viabilizar a unificação da política cultural é a promoção de encontros nacionais de cultura, nos quais participam representantes culturais de todos os estados da federação. No Encontro de Secretários de Cultura realizado em julho de 1976 em Salvador, o tema central é “Política integrada de cultura”. Ney Braga afirma em seu discurso que o evento reforça a construção da “Cultura Nacional”. Cultura homogênea em sua essência, diversificada pelas contribuições recebidas, em constante transformação e, ao mesmo tempo, fiel e leal ao passado.

Raymundo Moniz de Aragão, presidente do Conselho Federal de Cultura (CFC), declara na abertura dos trabalhos:

Não foi esquecida a delicada questão da cultura brasileira tomada em sua dupla dimensão; a regional e a nacional, por forma que se logre a integração e do mesmo passo a preservação do que é especificamente nacional, uma vez que o almejado é a unidade e não a uniformidade (ARAGÃO, 1976, p. 37).

Como podemos notar, o tom da unidade cultural e, portanto, nacional perfila os discursos do Encontro Nacional de Cultura. Nos trabalhos reunidos no documento “Conclusões do Encontro de Secretários de Cultura - 1976”, Miguel Reale, relator do 5º Tema, “Integração regional da cultura”, propõe caracterizar culturalmente as regiões brasileiras sem, contudo, fracionar a unidade de cada estado ou território. Percebemos aí a preocupação com a unidade até no contexto interno de cada região.

O relatório final do Encontro, redigido por Diégues Júnior, conclui, a partir de todos os documentos apresentados:

de que um caminho comum pode ser encontrado; e neste caminho, o que é regional pode somar-se e pode multiplicar-se no contato entre regiões; e finalmente chegar ao nacional - já agora como *expressão perfeita da mesma identidade cultural através da personalidade nacional traduzida justamente por essa diversidade que, ao invés de chocar-se, pode somar. O Brasil - pode repetir-se sempre a idéia - é uno justamente pela diversidade* (DIÉGUES JÚNIOR, 1976, p. 270 - itálicos meus).

3. A mercadoria da diversidade e o Estado-Nação neoliberal

A redemocratização do país com a eleição de Collor de Mello não significou o estabelecimento de uma política cultural e o fortalecimento institucional do setor no governo federal. Pelo contrário, o novo presidente, de imediato, implementa uma política de “terra arrasada” na cultura com a extinção do recém-criado Ministério da Cultura (MinC) junto com diversas outras instituições como a Embrafilme e o SPHAN.

No entanto, seu governo dá continuidade à política de incentivo fiscal para a cultura iniciada no governo Sarney com a lei de 1986. Em termos básicos, este formato propõe uma relação entre poder público e setor privado, onde o primeiro abdica de parte dos impostos devidos pelo segundo. Este, como contrapartida, investe recursos próprios na promoção de determinado produto cultural. A idéia não é apenas a de estabelecer incentivos à cultura, mas, principalmente, de introduzi-la na esfera da produção e do mercado da sociedade industrial; de criar um mercado nacional de artes (BARBALHO, 2005).

Na avaliação de Sarney, a ausência do Estado garantia “um espírito imensamente descentralizador, que transferia para a sociedade a iniciativa dos projetos, a mobilização dos recursos e o controle de sua aplicação” (SARNEY, 2000, p. 38). No entanto, o pouco controle do poder público foi o calcanhar de Aquiles da lei. Acusada de vulnerabilidade e de facilitar a sonegação e a evasão fiscal, não sobreviveu ao novo mandato presidencial. Outra crítica à Lei Sarney era a de que não distinguia entre os produtos culturais aqueles que eram viáveis comercialmente daqueles que necessitavam de apoio público.

Com o governo Collor e o ensaísta Sérgio Paulo Rouanet na Secretaria de Cultura, criou-se a Lei 8.313 de Incentivo à Cultura 8.313, também conhecida como Lei Rouanet e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART) que funcionava como carteiras de crédito disciplinadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para Candido Almeida (1994), o ineditismo do FICART era o reconhecimento do caráter comercial da cultura, disseminando seu entendimento como “investimento de possibilidades”. Ainda no âmbito federal, em 1993, o presidente Itamar Franco criou a Lei 8.685, a Lei do Audiovisual, específica para projetos de audiovisual nas áreas de produção, exibição, distribuição e infraestrutura.

A mesma orientação pauta a atuação dos dois governos FHC na cultura. Apesar da recriação do Ministério da Cultura (MinC), tendo à frente o cientista político Francisco Weffort, a visão de Estado mínimo acompanhada pela política de incentivo fiscal reforçam a submissão da cultura à lógica do mercado.

Em 1995, Weffort modificou a Lei Rouanet e introduziu a figura do captador de recursos – o agente intermediário entre o artista e o empresário. Na avaliação de Cesnik e Malagodi (1998), a possibilidade de contratar esse prestador de serviço viabilizou a ligação dos produtores culturais com as grandes agências publicitárias e fortaleceu a adoção, por parte das empresas, do marketing cultural, evitado até então por sua baixa lucratividade.

A nova versão da lei reforçou o movimento de transferência para o mercado de uma parcela crescente da responsabilidade sobre a política cultural do país. Por um lado, o Estado abdica de determinar onde investir o dinheiro, o que deveria ocorrer dentro de um planejamento em longo prazo. Por outro, a escolha de qual projeto cultural deva receber o mecenato custeado pelo dinheiro público fica nas mãos dos empresários.

Por sua vez, a Lei Rouanet, desacompanhada de uma política nacional de cultura, reforçou as desigualdades entre as regiões brasileiras no que se refere ao apoio à produção cultural. Este desnível foi observado pelo Ministério que procurou promover a divulgação nacional da lei e de suas vantagens junto aos artistas, produtores, empresários e empresas de marketing, bem como ministrando cursos sobre elaboração de projetos, captação de recursos etc..

Em 1996, por exemplo, o MinC promoveu Fóruns Empresariais em sete cidades do país: Recife, Porto Alegre, Salvador, Campinas, Campo Grande, Florianópolis e Manaus. Foram realizados cursos de gestão cultural em Brasília, Belém e São Luís e distribuídos 15 mil exemplares da cartilha *Cultura é um bom negócio*, com instruções sobre o uso da Lei Rouanet.

A exigência de uma profissionalização crescente por parte dos artistas, que agora devem contar, de preferência, com uma equipe de profissionais de apoio (produtor, captador de recursos, pesquisador, profissional de marketing...) reforça uma outra desigualdade: a dos criadores que não possuem um nível mínimo de assessoria.

Outra crítica bastante comum por partes dos artistas e produtores é a de que as empresas, mesmo com as facilidades financeiras e fiscais, só se interessam por projetos que tenham visibilidade midiático e/ou sucesso de público. Projetos em áreas tradicionalmente com pouca e nenhuma repercussão junto aos meios de comunicação e ao grande público, como as artes cênicas, ou os projetos de experimentação de linguagem, de qualquer que seja a área, encontram muitas dificuldades para captar recursos pelas leis de incentivo.

O resultado é que os criadores passam cada vez mais a ter que adequar suas criações à lógica mercantil. Antes de tudo, ensinam os manuais de marketing cultural, faz-se necessário conhecer o público consumidor, as empresas voltadas para esse público, o interesse da mídia pelo projeto, fazer pesquisas quantitativas e qualitativas... Na competição cada vez mais acirrada entre os criadores pelo patrocínio privado, obtêm sucesso aqueles que se identificam ou estão submetidos ao pensamento e ao gosto dominantes.

A lógica do mercado termina por pautar a discussão acerca da identidade nacional e da diversidade cultural. O governo FHC não está preocupado com a “segurança nacional”, nem, portanto, com a integração e a salvaguarda da cultura brasileira, mas com a formação de um mercado nacional e internacional para os diversos bens culturais produzidos no país.

Em seu texto de apresentação a um livro publicado pelo MinC, Fernando Henrique Cardoso destaca que a força da música popular brasileira exemplifica como o temor da perda da nossa identidade com a “invasão” de produtos culturais estrangeiros é infundado. Na sua avaliação, seria ridículo querer salvaguardar as “glórias nacionais” da cultura pois

elas dispensariam salvadores. O que se coloca é uma questão de mercado, a da defesa do mercado interno, bem como a conquista do mercado externo.

A MPB, continua Cardoso, é a área paradigmática “daquilo que a cultura brasileira tem de mais excitante: a riquíssima diversidade aurida das múltiplas fontes da nossa formação histórica”. Portanto, “muito ao contrário do nacionalismo xenófobo, eminentemente defensivo, essa cultura (brasileira) em ebulição inspira uma visão autoconfiante do Brasil em tempos de globalização” (CARDOSO, 1998, p. 14).

O texto introdutório do ministro Weffort para a mesma publicação comunga com o texto de Cardoso ao afirmar que uma das maiores riquezas do país seria a sua diversidade cultural e uma identidade em construção. Não se encontra aqui o pensamento essencialista, nem integrador da PNC, a não ser que a essência da cultura e seu elemento integrador seja o mercado... Na avaliação de Weffort, “a área da cultura é, não obstante as restrições ao gasto público em geral, beneficiária do período de estabilidade econômica aberto pelo Plano Real. Ampliou-se o mercado como um todo e, assim, as possibilidades de novos investimentos culturais” (WEFFORT, 1998, p. 17).

A estabilidade econômica atraiu a iniciativa privada para compor com os esforços da administração pública no desenvolvimento cultural e de seu mercado, que em algumas áreas é um dos maiores do mundo. O desafio que tem que ser enfrentado é o “de descobrir os meios de chegar a ele (ao mercado cultural)” (WEFFORT, 1998, p. 23). Apesar de reconhecer que a finalidade da cultura não é o mercado, mas a formação identitária, Weffort não deixa de ressaltar a nossa “identidade” como amplo mercado produtor e consumidor de cultura, inclusive com necessidade de importar o que não produzimos. Não custa nada “lembrar sempre que a cultura é também um investimento e que, como tal, cria empregos e oportunidades de lucro” (WEFFORT, 1998, p. 25). O que implica, por exemplo, em gerar programas que estimulem a exportação de bens culturais.

Weffort conclui seu texto afirmando que o Brasil não tem porque temer a globalização, pois é formado por um povo de “enorme vitalidade cultural” e que segue conquistando os “sentidos da sua identidade”. O que o país deve é se preparar para se mostrar ao mundo pois as “nossas fronteiras estão abertas” e “todas as fronteiras se abrem para nós”.

Em outro texto, publicado na série Cadernos do Nosso Tempo e editada pela Funarte (MinC), Weffort defende que o Estado deve promover a cultura, observando-a como um valor em si e como produto de mercado, pois “é impossível deixar de reconhecer a relevância do mercado no mundo da cultura, assim como a da cultura na economia” (WEFFORT, 2000, p. 65). E os bens culturais que não formos capazes de produzir teremos que importar, pois devemos estar bem preparados, ou em outras palavras, devemos entrar na modernidade da cultura e da educação para podermos responder às exigências da modernidade econômica. Parceria entre Estado e mercado: a solução para o aprimoramento da democracia brasileira e o crescimento da economia nacional.

Perceber a aceitabilidade da mercadoria cultural e o seu papel no desenvolvimento econômico brasileiro, para Weffort esta perspectiva difere a concepção de política cultural do governo FHC da tradição estabelecida por pensadores como Mário de Andrade nos anos 1920 e 1930 e que chegou aos anos 1990. Nada mais apropriado para um presidente que, em determinado momento, afirmou querer encerrar o modelo varguista do Estado brasileiro.

4. A diversidade e as identidades nacionais

Ao analisarmos a atuação do Ministério da Cultura no primeiro governo Lula, observaremos uma outra perspectiva em relação aos períodos analisados anteriormente: a questão identitária se pluraliza. É recorrente nos documentos e falas oficiais o uso no plural de palavras como política, identidade e cultura: as políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras.

A diversidade não se torna uma síntese, como no recurso à mestiçagem durante a era Vargas e na lógica integradora dos governos militares, nem se reduz à diversidade de ofertas em um mercado cultural globalizado. A preocupação da gestão Gilberto Gil está em

revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc.

Tal perspectiva inclusiva de política cultural não se limita ao Ministério da Cultura, mas se encontra em outras áreas institucionais, como, por exemplo, no Ministério da Educação, no Ministério do Meio Ambiente etc.

No caso específico do Ministério da Cultura é criada a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. Na avaliação de seu Secretário, o ator Sergio Mamberti, a nova instituição tem três desafios centrais:

- a) participar nos debates internacionais em torno da diversidade cultural;
- b) promover o melhor entendimento do conceito de diversidade cultural no contexto da cultura brasileira e trabalhar de maneira transversal aos segmentos governamentais e da sociedade civil;
- c) estabelecer diálogos com grupos e redes culturais representativos da diversidade cultural brasileira ainda excluídos do acesso aos instrumentos de política pública de cultura e contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção e promoção da nossa diversidade cultural (MAMBERTI, 2005, p. 13).

Sobre o primeiro ponto levantado por Mamberti, podemos perceber que o MinC vem participando de forma mais ativa nos debates internacionais sobre política cultural e diversidade, estabelecendo intercâmbios com países africanos e latino-americanos, bem como travando um forte diálogo conceitual e parcerias com a UNESCO, inclusive no esforço de desenvolverem juntos uma Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural.

A preocupação em avançar no debate teórico sobre a questão identitária e da diversidade, presente no segundo desafio colocado por Mamberti, foi o tema central do Seminário Diversidade Cultural Brasileira realizado em 2004. Aos participantes do seminário se propôs um roteiro de discussão cujo principal problema do era pensar respostas ao paradoxo colocado pela Revolução Francesa: o da efetivação máxima e concomitante em uma mesma sociedade da liberdade e da igualdade. Ou nas palavras do

documento: “o antagonismo entre uma cidadania universal-inclusiva e outra particular-plural”.

No entanto, o roteiro parece assumir a “posição oficial” do Ministério ao propor que a fraternidade (terceiro elemento da tríade) seja a mediadora deste “antagonismo” e fortalecendo o pólo universal-inclusivo: “O grande desafio do Estado nacional e da sociedade internacional organizada hoje é exercer sua função agregadora, favorecendo o diálogo em lugar do conflito, estimulando a criatividade de forças centrífugas, sem permitir que o caos acabe por inviabilizar a criação” (LOPES, 2005, p. 26). Voltaremos a esta discussão na parte final deste ensaio.

Por fim, podemos perceber a terceira questão colocada à Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural na realização dos I e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares que aconteceram em 2005 e 2006. A proposta é discutir meios para atingir determinados setores pouco ou nada contemplados pelas políticas do MinC.

Na avaliação de Juca Ferreira, secretário executivo do Ministério, há, na instituição, uma nova visão de cultura com viés antropológico que valoriza todos os modos de expressão, daí a necessidade do MinC em chegar às culturas populares, às etnias, aos grupos etários, aos trabalhadores, dando “a importância devida a essas expressões culturais, conferindo-lhes o justo valor cultural, preenchendo lacunas e reparando erros” (FERREIRA, 2005, p.19).

A preocupação do MinC com os grupos e redes excluídos do raio de alcance do Ministério motivou a criação de um dos mais importantes programas da gestão Gilberto Gil, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Na compreensão de Célio Turino, coordenador do programa, o Cultura Viva se volta para aqueles que denomina de “os sem Estado”, ou seja, os milhares de brasileiros e brasileiras que não acessam os direitos básicos da cidadania, inclusive o cultural. Em sua busca por um “Estado ampliado”, o Cultura Viva promove o

acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia (TURINO, s/d, p.15).

A principal ação do Programa Cultura Viva é o Ponto de Cultura com o qual, através de um edital de seleção pública, o Minc apóia projetos culturais promovidos pela sociedade civil. O intuito é estabelecer uma rede entre estes pontos e o Estado de modo a promover o fluxo de informação, conhecimento, experiência.

5. E as diferenças...

Nessa breve passagem sobre os momentos paradigmáticos das relações entre Estado e cultura no Brasil se percebe como a questão da identidade nacional é recorrente a todos os períodos analisados. É como se fosse um enigma a ser desvendado pelos intelectuais orgânicos de cada governo, cuja possibilidade de resposta parece necessariamente passar pela questão da diversidade cultural.

No entanto, como se observou, há algumas peculiaridades que se revelam em cada momento. Nos governos de Vargas e dos militares, interessados, respectivamente, em construir e integrar a Nação, o discurso acerca da identidade nacional conhece uma forte continuidade baseada no conceito de mestiçagem abordado de forma conservadora. A cultura mestiça garante que da diversidade de raça e de região surja a essência da brasilidade.

O caminho perseguido por estes dois momentos de autoritarismo da história brasileira trabalha a identidade nacional, como diria Stuart Hall, “em termos de uma cultura partilhada, uma espécie de ‘ser verdadeiro e uno’ coletivo, oculto sob os muitos outros ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos, que pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham” (HALL, 1996, p. 68). Por este viés, a identidade cultural fornece unicidade a um povo, a sua essência, através de referências e sentidos estáveis que pairam intocáveis sobre os conflitos e divisões sociais.

O retorno à democracia nos anos 1990 comunga com o fortalecimento no Brasil do ideário neoliberal que os governos FHC assumem como seu. A consequência para o campo cultural é a ratificação da política de incentivos fiscais iniciadas no governo Sarney. O discurso identitário, se perde o essencialismo autoritário e conservador dos anos 1930/40 e

1960/70, passa a ser pautado pela lógica do mercado globalizado. Uma vez posto em xeque o lugar unificador e integrador da identidade nacional, parece prevalecer o discurso liberal da diversidade, onde todos são iguais perante o mercado.

Com o governo Lula, tem-se uma reavaliação do que seria a identidade nacional brasileira que aponta para o pluralismo e a incorporação de expressões culturais historicamente excluídas. A diversidade não resulta mais em uma síntese, pelo contrário, é o pólo identitário que cede à diversidade e se multiplica em identidades. Há, por sua vez, a crítica à concepção mercadológica da cultura e a cobrança do papel fundamental do Estado como elaborador e executor de políticas culturais.

No entanto, mesmo fazendo referências às diferentes culturas, a gestão do ministro Gilberto Gil não consegue romper com a busca de uma harmonia entre os brasis. Não se coloca na sua radicalidade (no sentido de raiz e não de sectarismo) a questão da identidade em seu conflito com a alteridade, com a diferença. A relação identidade/diversidade é fundamental para se perceber as diversas manifestações culturais que funcionam como referências identitárias, e muitas vezes efêmeras, para os vários grupos de uma sociedade. Os sentidos assumidos, portanto, não são fixos e sim processuais e a identidade deixa de ser um fato consumado para ser uma produção.

Acontece que a diversidade não dá conta dos conflitos entre as culturas. Seu pressuposto é o da convivência harmoniosa, a fraternidade entre os povos do ideário iluminista que apontei acima no discurso de Lopes. Ou como na apresentação de Gilberto Gil ao Seminário Diversidade Cultural Brasileira:

São fundamentais o respeito, a valorização e o convívio harmonioso das diferentes identidades culturais existentes dentro dos territórios nacionais (...) podemos e devemos reconhecer e valorizar as nossas diferenças culturais, como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade (GIL, 2005, p. 07).

Esta concepção é a mesma que informa o discurso da UNESCO, órgão com o qual o Brasil vem construindo várias parcerias na área das políticas culturais. O título de seu relatório preparado pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento e publicado em

fins dos anos 1990 chama-se, sugestivamente, *Nossa diversidade criadora*. Creio que a esta perspectiva cabem as observações críticas de Tomaz Tadeu da Silva:

Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser neutralizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posições. Em geral a posição socialmente aceita e recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade e da diferença se esgotam nessa posição liberal?” (SILVA, 2000, p.73).

A questão que se coloca é como uma política pública de cultura, além de trabalhar com as identidades e a diversidade, pode incorporar as diferenças. Como lidar com as manifestações culturais que não se encaixam harmoniosamente como peças de um quebra-cabeça porque suas arestas não permitem. Não se trata do respeito tolerante ao Outro, daquilo que Slavoj Žižek denominou de noção horizontal da diferença, onde as diferenças acabam se ajustando em um mosaico cuja figura é a da Humanidade.

A questão é afirmar as diferenças verticais, os antagonismos que atravessam a sociedade. É preciso “reafirmar a noção de um antagonismo inerente que constitui o campo social” (ŽIZEK, 2002, p. 13). Em outro texto, Žižek aborda a lógica da “cultura descafeinada”, ou seja, a forma como a contemporaneidade vive suas manifestações como estilo de vida, ou seja, uma cultura sem paixão, sem crença, e não como um modo de vida substancial. Na atualidade, negamos todos aqueles que experimentam a cultura “de forma imediata, todos os que não guardam certo distanciamento em relação a ela” (ŽIZEK, 2004, p. 13).

Claro que não há uma resposta pronta para a questão. Mas o passo inicial é assumir a existência das diferenças irremediáveis. Parece-me que o MinC se orienta nesse sentido quando traz o debate para dentro do governo. No Seminário Diversidade Cultural Brasileira o conflito está posto claramente pelos formuladores do roteiro. As respostas foram muitas e entre elas a reflexão de Jacyntho Brandão converge com o que estou expondo. Portanto, para finalizar este ensaio, recoloco ao debate os termos com os quais Brandão participou do seminário promovido pelo Ministério. Entre outras implicações, uma política cultural justa,

na sua definição, seria a que provocasse “embates entre diferenças, balançando as certezas da cultura dominante”, tendo consciência que as “relações culturais são por natureza conflituosas” (BRANDÃO, 2005, p. 82).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Candido. *A arte é capital: visão aplicada do marketing cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ARAGÃO, Raimundo Moniz de. *Política nacional de cultura*. In: CONCLUSÕES DO ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE CULTURA, 1976. Brasília: MEC/DAC, 1976. p.13-16.
- BARBALHO, Alexandre. *A modernização da cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes*. Fortaleza: UFC, 2005.
- _____. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- BRAGA, Ney. Discurso. *Boletim do CFC*, Rio de Janeiro, n. 23, 1976.
- BRANDÃO, Jacintho. A tradição da diversidade cultural (ensaio de tipologia). In: LOPES, A.; CALABRE, L. (org). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 47-88.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (org). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. p. 13-16
- CESNIK, Fábio de Sá; MALAGODI, Maria Eugênia. *Projetos culturais*. São Paulo: Fazendo Arte, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regionalização e inter-regionalização da cultura*. CONCLUSÕES DO ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE CULTURA, 1976. Brasília: MEC/DAC, 1976. p.17-24.
- FERREIRA, Juca. Um grande encontro no coração do Brasil: a mudança pela cultura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. p. 19-20.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- GIL, Gilberto. Apresentação. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (org). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 7-8.

- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996. p.68-74.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- LOPES, Antonio Herculano. Diversidade cultural: o que fazer. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (org). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 25-46.
- MAMBERTI, Sérgio. Políticas públicas: cultura e diversidade. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (org). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 15-18.
- MCGUIGAN, Jim. *Culture and the public sphere*. Londres e Nova York: Routledge, 1996.
- MILLER, Toby; YÚDICE, George. *Política cultural*. Barcelona: Gedisa, 2004.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.
- POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1975.
- SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN, Elizabeth et al. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org) *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102:.
- TURINO, Célio. Desescondendo o Brasil profundo. In: CULTURA VIVA – PROGRAMA NACIONAL DE CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA – 2º. EDIÇÃO. Brasília: Ministério da Cultura, s/d. p. 15-17.
- WEFFORT, Francisco. *A cultura e as revoluções da modernização*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.
- _____. Introdução. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (org). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. p. 17-28.
- ZIZEK, Slavoj. Chocolate e identidade. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, São Paulo, 22 de dezembro de 2002, p. 12-13.
- _____. A paixão na era da crença descafeinada. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, São Paulo, 14 de março de 2004, p. 13-15.